



# Boletim Informativo

Belém-PA, 02 de Março. Edição N°001/2016

## LEGISLAÇÃO

A Lei nº 8.320, de 14.12.2015, dispõe sobre a reestruturação organofuncional-administrativa das unidades administrativas vinculadas à Presidência e a Vice-Presidência do Poder Judiciário do Estado do Pará, e, em seu artigo 1º, inciso VI, altera a denominação da Central de Pesquisa e Apoio à Magistratura, criada pela Lei Estadual nº 6.983, de 19 de junho de 2007, para CENTRAL DE COMUNICAÇÃO INTERNA E DE APOIO À MAGISTRATURA.

## PRESIDÊNCIA

### Atos da Presidência:

Portaria nº 5341/2015/GP, e-DJTJ/Pa de 07.01.2016, aprovando o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o ano de 2016 (constando, em anexo, o plano); Portaria nº 081/2016-GP, de 11.01.2016, e-DJTJ/Pa, de 12.01.2016, instituindo Comissão com a finalidade de organizar atividades comemorativas relativas ao aniversário de 400 anos da cidade de Belém; Portaria nº 082/2016-GP, de 11.01.2016, e-DJTJ de 12.01.2016, republicada por incorreção no dia 20.01.2016, instituindo a MEDALHA COMEMORATIVA “DOM ALBERTO GAUDÊNCIO RAMOS”, em homenagem à passagem do IV centenário da Cidade de Belém do Pará; Portaria nº 268/2016-GP, de 21.01.2016, e-djtj/Pa, de 22.01.2016, regulamentando a criação e funcionamento de três grupos de trabalho de apoio ao julgamento destas ações nas formas discriminadas nas Metas 4 e 6 do CNJ para o ano de 2016, dando continuidade ao funcionamento de três grupos de trabalho formados por magistrados; Portaria nº 265/2016-GP, de 28.01.2016, e-DJTJ/Pa, de 29.01.2016, instituindo a honraria denominada “ORDEM DO MÉRITO FUNCIONAL” aos servidores com destacado desempenho profissional no Tribunal de Justiça do Estado do Pará- TJPa, aos servidores com destacado desempenho profissional no Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPa; Portaria nº 407/2016-GP, de 28.01.2016, e-DJTJ/Pa, de 29.01.2016, determinando a realização de uma força tarefa em todas as Varas/Comarcas do Poder Judiciário do Estado do Pará, para que se promova o impulso de todos os processos relativos à corrupção, improbidade administrativa e às ações coletivas, priorizando o julgamento dessas ações referentes às Metas 04 e 06/2016 do CNJ, no período de 04 a 08 de abril de 2016, no horário de 8:00 às 17:00 h, em relação ao primeiro grau; Portaria nº 464/2016-GP, de 29.01.2016, e-DJTJ/Pa, de 01.02.2016, dispondo sobre o reconhecimento administrativo de direitos e vantagens, oriundos das relações funcionais à magistrados, servidores e seus beneficiários, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará; Portaria nº 409/2016-GP, de 29.01.2016, e-DJTJ/Pa, de 02.02.2016, constituindo comissão destinada à organização da Semana Estadual de Conciliação 2016, no Estado do Pará, considerando a necessidade de cumprir a Meta 03/2016, estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça, e, ainda, a designação da Semana Estadual de Conciliação 2016, a realizar-se no período de 06 a 10 de junho de 2016, no horário das 08 às 17 horas, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará; Portaria nº 498/2016-GP, e-DJTJ-Pa, de 03.02.2016, declarando ponto facultativo no dia 24 de março de 2016, com a consequente suspensão do expediente, dos prazos processuais, das audiências e do atendimento ao público em todos os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará, sem prejuízo do plantão judicial e dos serviços essenciais; Portaria nº 516/2016-GP, e-DJTJ-Pa, de 04.02.2016, dispondo sobre os prazos relativos ao processamento e pagamento da folha de pessoal do Poder Judiciário do Estado, considerando a necessidade de otimizar e aperfeiçoar os fluxos dos processos referentes a pagamento de pessoal do Poder Judiciário do Estado; Portaria nº 515/2016-GP, de 04.02.2016, e-DJTJ-Pa, de 05.02.2016, instituindo a tabela de remuneração para a gratificação por encargo de curso a instrutores.

-Integra das portarias no Portal Externo/Legislação/Portarias

## RESOLUÇÃO

Resolução nº 001/2016 – Introduzindo novo enunciado no repertório de Súmulas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Súmula nº 016 – redação da Súmula:

“Viola direito líquido e certo a manifestação da Administração Pública que nega a servidor concursado, ocupante dos cargos de Investigador, Escrivão, Papiloscopista ou Perito da Polícia Civil do Estado do Pará, graduado em nível universitário, a percepção de gratificação de escolaridade de nível superior, cujo delineamento é conferido pela conjugação dos artigos 132, VII e 140, III, ambos da Lei Estadual nº 5.810/1994 com os artigos 29, II e III, 45 e 47, IV, todos da Lei Complementar Estadual nº 22/1994 – aprovada na 1ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno de 2016, realizada no dia 13.01.2016, publicada no e-DJTJ-Pa, de 14.01.2016.”

## PROCESSO SELETIVO N° 001/2016

Edital de Abertura de Inscrições do Processo de Recurtamento e Seleção para estágio de Estudantes de Nível Médio e Superior – e-DJTJ-Pa de 19.02.2016.

## TRIBUNAL PLENO

Na 5ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, realizada no dia 17 de dezembro de 2016, foram julgados os Processos de Acesso ao Desembargo, Promoção pelo Critério de Merecimento – Edital nº 110/2014-SJ, tendo sido eleito para o preenchimento da vaga o Exmo. Sr. Dr. Mairton Marques Carneiro; Promoção pelo Critério de Antiguidade – Edital nº 111/2014-SJ, sendo eleita para a vaga a Exma. Sra. Dra. Ezilda Pastana Mutran; Promoção pelo Critério de Merecimento – Edital nº 001/2015-SJ, sendo eleita para a vaga a Exma. Sra. Dra. Maria Elvina Gemaque Taveira; Promoção pelo Critério de Antiguidade – Edital nº 002/2015-SJ, sendo eleita para a vaga a Exma. Sra. Dra. Rosileide Maria da Costa Cunha, e, finalmente, Promoção pelo Critério de Merecimento – Edital nº 003/2015-SJ, eleita a Exma. Sra. Dra. Nadja Nara Cobra Meda.